

"Não pregamos desobediência civil"

A Fenen espera que o Ministério da Educação volte a lhe abrir as portas para receber suas propostas. Espera negociar livremente com seus usuários os novos preços de seus serviços e não tem medo de punição. O presidente da Federação, Roberto Dornas, acredita que a entidade não está pregando nenhuma desobediência civil, "mas obedecendo à Constituição e usando seu Estado de Direito". Se houver pressão do Governo para uma retomada de posição, a Fenen usará dos três poderes: "O Executivo já está agindo, mas temos ainda o Judiciário que nos garante os direitos constitucionais da iniciativa

privada", afirma.

Dornas lembra ainda que o Ministério da Educação ouviu a posição da Fenen "mas não a considerou. Estivemos o ano inteiro em conversa com o MEC; intensificamos esta conversação entre novembro e dezembro, diante da urgência da questão". Agora a Federação tem para apresentar um conjunto de propostas tiradas em assembleia nestes dois dias. Uma delas é a fixação de um teto para reajustes, considerando os componentes individuais de custos de cada estabelecimento. "Propomos uma fórmula que leve em consideração o valor dos salários número semanal de au-

tas, número de alunos, professores e encargos previdenciários", diz ele. Esta fórmula fixará valores provisórios para a cobrança das próximas mensalidades escolares, até que o problema seja resolvido definitivamente.

Em geral, as escolas necessitam de um reajuste de 100 por cento. Em São Paulo, o índice previsto é de 100,6 por cento e no Paraná de 125 por cento. Há casos em que nem 1000 por cento resolvem, como o de Mato Grosso e do Rio Grande do Norte, de acordo com Roberto Dornas, "dai a necessidade de considerar os componentes de cada estabelecimento".